

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.594 - SP (2019/0130324-6)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP**  
**PROCURADOR : AUGUSTO BELLO ZORZI E OUTRO(S) - SP234949**  
**AGRAVADO : FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA**  
**ADVOGADO : RITA DE CÁSSIA LAGO VALOIS MIRANDA - SP132818**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO. DANOS MORAIS. OMISSÃO. PRESCRIÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL A QUO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão sintetizado nos seguintes termos:

Apelação – Ação Ordinária – Intervenção Cirúrgica – Alegação de necessidade de cirurgia a fim de evitar a perda de visão – Autor que já foi submetido a uma cirurgia que, segundo alega, acarretou diversos problemas de saúde – Requerimento expresso e justificado para produção de prova pericial médica formulado pelo autor, em cumprimento à determinação judicial - Julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC (vigente), com a improcedência do pedido – Cerceamento do direito à produção de provas caracterizado – Dilação probatória que se afigura necessária à análise do alegado quadro de saúde e dos problemas de visão no olho direito do autor – Admissibilidade – Necessidade de cognição plena e exauriente – Precedente do E. STJ e desta E.

11ª Câmara de Direito Público – Sentença de improcedência anulada – Acolhimento da preliminar de cerceamento de defesa para determinar o prosseguimento do feito com a análise da prova pericial médica pleiteada e posterior dilação probatória, em seus trâmites legais.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional, o recorrente sustenta, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional por violação ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal *a quo* não teria se pronunciado a respeito da prescrição insculpada no art. 1º do Decreto 20.910/1932.

Sustenta, ainda, malferimento ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, pois segundo

consta dos autos a pretensão estaria prescrita.

Sem contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do agravo pelo Tribunal *a quo*.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Apresentada contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Assiste razão ao recorrente.

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de ação ordinária com pedido de tutela antecipada, visando compelir o ente estatal a fornecer procedimento cirúrgico oftalmológico de urgência, bem como a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais.

O Tribunal de origem acolheu a preliminar de cerceamento de defesa para anular a sentença que havia reconhecido o escoamento do lustro prescricional.

De fato, houve omissão pelo Tribunal *a quo* (fls. 353/358 e-STJ) quanto às alegações reiteradas nas razões do embargos de declaração ali opostos no que diz respeito à prescrição.

Este argumento é relevantes porque relacionado à disciplina que pode atingir o direito de reclamar a eventual necessidade do procedimento cirúrgico e os eventuais danos morais decorrentes de ato ilícito.

Assim, forçoso reconhecer a efetiva lesão ao art. 1.022 do CPC/2015.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI DA AÇÃO POPULAR E DA AUSÊNCIA DE LESIVIDADE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RELAÇÃO A AMBOS OS CARGOS PÚBLICOS (EFETIVO E DE VEREADOR). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. NOVO JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

**É cediço o entendimento de que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC e que o juiz não é obrigado a rebater todos os argumentos aduzidos pelas partes. Por outro lado, o juiz não pode deixar de conhecer de matéria relevante ao deslinde da questão, mormente quando sua decisão não é suficiente para refutar a tese aduzida, que, portanto, não abrange toda a controvérsia.**

No caso, os fundamentos asseverados pelo Tribunal *a quo* não são hábeis a afastar a argumentação tida como ignorada. Mesmo com os aclaratórios opostos para sanear a lacuna, a Corte de origem os rejeitou e deixou de se

manifestar sobre o ponto. Ainda que a decisão recorrida estabeleça o contexto probatório como suficiente, é importante destacar a plausibilidade da matéria de defesa não apreciada, conforme a jurisprudência do STJ: AgRg no Ag 1.239.770/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 17/2/2012.

Reconheço, portanto, a existência de omissão no acórdão impugnado e, por conseguinte, a ofensa ao art. 535 do CPC. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.337.764/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 20/2/2018, DJe 5/3/2018; REsp 1.609.438/RR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 21/2/2017, DJe 5/5/2017.

Recurso Especial parcialmente provido, a fim de anular o v. aresto proferido nos Embargos de Declaração e determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal de origem para que profira novo julgamento.

(REsp 1682625/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 21/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OPERAÇÃO "SANGUESSUGA". CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. EXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - Não incide a Súmula 7/STJ nos casos em que cabe ao STJ avaliar se o acórdão recorrido examinou aspecto necessário à correta solução da lide, a fim de reconhecer a ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

III - A Corte de origem não apreciou todas as questões relevantes, oportunamente suscitadas e que, se acolhidas, poderiam levar o julgamento a um resultado diverso do proclamado. Omissão configurada.

IV - Recurso Especial provido.

(REsp 1573013/SE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019).

Com efeito, o recurso especial deve ser provido apenas para anular-se o acórdão proferido em sede de embargos de declaração, com o intuito da Corte *a quo* se manifestar sobre a prescrição. O cabimento, ou não, da medida, bem como seus desdobramentos, por óbvio, deverá ser avaliado pela instância inferior, caso o entenda necessário.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

